

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

public policy for assistance student: a study at the federal university of tocantins

Nathanni Marrelli Matos Mauricio¹
Keile Aparecida Beraldo
Thiago Carneiro de Lima

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os resultados da implementação do PNAES no âmbito da UFT, para tanto realizou-se uma pesquisa descritiva e documental, baseadas nos critérios de avaliação eficiência, eficácia e efetividade e levando em consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação. Os principais resultados apontam que ao longo do período de 2010 a 2017 o recurso do PNAES utilizado pela UFT cresceu exponencialmente, mas em algumas áreas a UFT ainda não conseguiu desenvolver ações. O campus de Miracema, no período pesquisado, foi o que apresentou a maior proporção de ingressantes em situação de vulnerabilidade. A UFT conseguiu atender a totalidade dos estudantes em vulnerabilidade extrema e alta. Em 2017, nos cursos que atenderam todos os estudantes solicitantes, houve queda na média do coeficiente de rendimento acadêmico, ano que também houve a redução dos benefícios concedidos em relação ao período de 2010 a 2016. Por outro lado, em 2017 o percentual da evasão total da UFT diminuiu. Com relação a Taxa de Sucesso na Graduação, este indicador se manteve ascendente nos anos de 2010 a 2012 e em 2014 e 2015, porém caiu em 2013, 2016 e 2017.

Palavras chave: Assistência Estudantil. Avaliação de Políticas Públicas. PNAES

ABSTRACT

The general objective of this research was to analyze the results of the implementation of the PNAES in the scope of UFT, for which a descriptive and documentary research was carried out, based on the evaluation criteria efficiency, efficacy and effectiveness and taking into consideration the operational, process, result and transformation. The main results indicate that over the period from 2010 to 2017 the PNAES resource used by the UFT has grown exponentially, but in some areas the UFT has not yet been able to develop actions. The Miracema campus, during the period studied, was the one that presented the highest proportion of students in situations of vulnerability. UFT has been able to serve all students in extreme and high vulnerability. In 2017, in the courses that attended all the applicants students, there was a fall in the average of the coefficient of academic achievement, a year that also there was a reduction of the benefits granted in relation to the period from 2010 to 2016. On the other hand, in 2017 the percentage of evasion total of UFT decreased. With regard to the Graduation Success Rate, this indicator remained in the years 2010 to 2012 and in 2014 and 2015, but fell in 2013, 2016 and 2017.

Keywords: Student Assistance. Evaluation of Public Policies. PNAES.

¹ Autor correspondente: Nathanni Marrelli Matos Mauricio – E-mail: nathanni@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi um importante instrumento de regulação da assistência estudantil no Brasil, pois tomou a posição de política pública (BRITO; BARBOSA, 2017). Regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010, foi criado com o objetivo de responder às demandas dos estudantes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que acessam o ensino superior público federal. Atualmente, o PNAES constitui-se na matriz diretiva que define ações de Assistência Estudantil que deverão ser executadas pelas instituições federais de ensino superior (IFES) brasileiras (SANTOS; FREITAS, 2014).

A partir da influência da “nova gestão pública” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, o Estado passa a ser questionado nas suas funções quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos recursos públicos (SOUZA, 2006; TREVISAN; BELLEN, 2008). Para auxiliar, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos buscando entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos, dentre eles, o Ciclo de Políticas Públicas, mais especificamente a etapa da avaliação.

Nesse contexto ao propor essa pesquisa, colocam-se as seguintes problemáticas: Como a Universidade Federal do Tocantins (UFT) utiliza os recursos do PNAES? A UFT desenvolve ações de assistência estudantil nas áreas elencadas no § I do 1º do art. 3º do Decreto nº 7.234/10? A UFT consegue atender seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica? Quais os efeitos da assistência estudantil na permanência e no rendimento acadêmico de estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica na UFT? A assistência estudantil tem contribuído para redução da evasão e a melhoria do rendimento acadêmico, como preconiza o Decreto nº 7.234/10? A assistência estudantil tem contribuído para conclusão do curso de graduação, como preconiza o Decreto nº 7.234/10?

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo principal analisar os resultados da implementação do PNAES no âmbito da UFT, bem como, investigar os resultados alcançados pela UFT desde sua implantação, em relação ao cumprimento da finalidade do PNAES e a abrangência das áreas de atuação, conforme o decreto nº 7.234/10. Além de avaliar a Política de Assistência Estudantil da UFT utilizando os critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade (3 E's), levando em consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação.

Essa pesquisa justifica-se, primeiramente, devido à necessidade de expandir o

conhecimento sobre a temática. Em segundo lugar, trata-se de uma Política Pública da Educação Superior, que materializa o direito social de acesso ao ensino e que busca amenizar as desigualdades das condições de vida das pessoas, visto que um dos papéis dessa política é atender estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, oriundos de escolas públicas, negros, indígenas, minimizando a ineficiência das demais políticas públicas e de proteção social, como por exemplo, as políticas de emprego, de saúde, de habitação (FERREIRA; SANTOS, 2017). Uma terceira justificativa é a contribuição para transparência da prestação de contas da UFT, cumprindo um dos princípios da boa governança, segundo o TCU (2014), já que esta pesquisa analisou a gestão dos recursos oriundos do PNAES, bem como da eficiência, eficácia e efetividade do programa, dentro da UFT.

Visando atender a tais objetivos, este artigo está organizado nos seguintes tópicos: fundamentação teórica abordando a sobre o ciclo das políticas públicas, conceituando a fase da avaliação e abordando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, que são os critérios de avaliação, utilizados nesta pesquisa; metodologia; resultados e discussão; e, por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2. 1 Avaliação de Políticas Públicas

Segundo Trevisan e Bellen (2008), ao longo do tempo, é possível distinguir três funções atribuídas à avaliação: informação, realocação e legitimação. Na década de 1960, a ênfase sobre a avaliação concentrou-se no fornecimento de informação para os gerentes de programas públicos, de forma a garantir correções de rumo. Já na década de 1980, a avaliação era vista como a função de realocação, ou seja, buscava-se eficiência na alocação de recursos com base em critérios racionais do processo orçamentário. Por fim, a década de 1990 marca a última fase evidenciada pela literatura, sendo que a avaliação assume a função de legitimação, marcada fortemente pelo questionamento do papel do Estado, aliado à influência da nova gestão pública, assim, passa-se a exigir resultados da administração e das políticas públicas. Atualmente, destaca-se que avaliação de políticas públicas é vista como instrumento democrático ao possibilitar o exercício do controle sobre as ações do governo (SCHURSTER, 2015).

Diversas razões têm fomentado a demanda por avaliação no Brasil, dentre as

quais se destacam: a preocupação com a efetividade e a crise fiscal, que diminuiu a capacidade de gasto dos governos e aumentou a pressão por maior eficiência; a longa crise econômica brasileira que aumentou a desigualdade social e a busca por programas sociais públicos; a pressão dos organismos internacionais de fomento pela aferição dos resultados dos programas sociais por eles financiados (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Para Tinôco, Souza e Oliveira (2011), a avaliação de uma política pode ser motivada por três finalidades: esclarecer o planejamento da concepção, elucidar os seus processos de implementação e apreender os seus resultados. De modo que a avaliação de políticas públicas possibilita conhecer os impactos efetivos, os déficits e os efeitos colaterais indesejados para poder extrair consequências para ações e programas futuros (FREY, 2000).

A fase da avaliação é essencial para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (FREY, 2000). Já que o propósito da avaliação é guiar os gestores, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa (COSTA; CASTANHAR, 2003; JANNUZZI, 2009).

A avaliação é um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão, do controle social sobre a efetividade da ação do Estado, esse último instrumentalizado pela divulgação de resultados das ações de governo (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

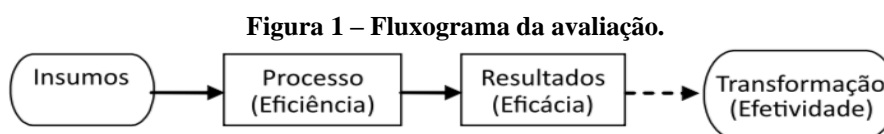
Para Costa e Castanhar (2003), a avaliação da política pública é um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, eficácia, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. E ainda, fornece informações para melhoria no processo de tomada de decisão e possibilita a prestação de contas das políticas públicas (ALAHARJA; HELGASON, 2000; CENEVIVA; FARAH, 2012).

Ala-Harja e Helgason (2000) afirmam que, em essência, a avaliação contribui para uma gestão pública responsável, permitindo determinar aspectos como eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, tornando-se, assim, uma dimensão crítica dos esforços de melhoria das políticas públicas.

2. 2 Eficiência, Eficácia e Efetividade

A temática da avaliação é bastante ampla, por isso é necessário delimitar os critérios que se deseja estudar na etapa de avaliação (COSTA; CASTANHAR, 2003). Nessa pesquisa, optou-se pelos três clássicos, usados e fundamentais: Eficiência, Eficácia e Efetividade - 3Es.

Para Jannuzzi (2009), um bom sistema de avaliação deve prover indicadores de insumo, processo, resultado e possíveis impactos do programa. Sano e Montenegro (2013) afirmam que essa avaliação pode ser realizada com os 3Es, conforme ilustrado na Figura 3:



Fonte: Sano e Montenegro (2013).

Schurster (2015) classifica como *ex- post*, a avaliação que é feita durante ou após a execução do programa, para verificar os graus de eficiência, eficácia e efetividade. Para o autor a eficiência diz respeito às aferições relativas ao tempo e aos custos, sendo as medidas de custo/benefício os melhores indicadores da eficiência. Enquanto a avaliação da eficácia é, por natureza, uma avaliação de processo, pois os graus satisfatórios de eficácia são alcançados quando os resultados são atingidos em menor tempo, menor custo e mais alta qualidade (SCHURSTER, 2015). Já a efetividade se mede pelas alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual a política incide. (SCHURSTER, 2015).

Complementando, Jannuzzi (2009) afirma que a avaliação de um programa público requer indicadores que possam dimensionar o grau de cumprimento dos objetivos dos mesmos (eficácia), o nível de utilização de recursos frente aos custos em disponibilizá-los (eficiência) e a efetividade social.

Arretche (2001), também concorda que, para a avaliação de políticas públicas é necessário analisar sua eficiência, eficácia e efetividade. A avaliação da eficiência tem o foco na racionalização de recursos, enquanto, a eficácia tem o foco nos resultados alcançados e a efetividade avalia se os beneficiados das políticas ou programas têm suas expectativas e necessidades satisfeitas.

No contexto dessa pesquisa foram utilizados os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade segundo Sano e Montenegro (2013). Para os autores, a eficiência é avaliação do processo, da utilização do recurso aplicado no processo, fazer mais com menos; eficácia é avaliação do cumprimento das metas e, por fim, a efetividade que consiste na avaliação do impacto, procura identificar os efeitos

produzidos sobre uma população-alvo de um programa, ou seja, se o objetivo trouxe melhorias nas condições da população visada (CASTRO, 2006).

3 METODOLOGIA

A pesquisa utilizada se caracteriza como descritiva e documental, sendo baseada em procedimentos quantitativos e qualitativos. Segundo Costa e Castanhar (2003), para realizar a avaliação de um programa é necessário definir as medidas para aferição, ou seja, os critérios de avaliação. Nessa pesquisa foram utilizados três dos critérios de avaliação mais utilizados: eficiência, eficácia e efetividade.

A aplicação dos critérios de avaliação requer formas específicas de operacionalização: os indicadores (COSTA; CASTANHAR, 2003). Para essa pesquisa foi utilizado o fluxograma de avaliação segundo Sano e Montenegro (2013).

Para avaliação da Dimensão Insumo foram elencados as despesas pagas com a assistência estudantil e a alocação do recurso nas áreas do PNAES, enquanto na Dimensão Processo (Eficiência) foram analisados o percentual de ingressantes vulneráveis, número de estudantes solicitantes das ações de assistência estudantil, número de estudantes atendidos com as ações e número de benefícios concedidos. O objetivo é demonstrar se, ao longo do tempo, a UFT conseguiu expandir o número de atendimentos na perspectiva de “fazer mais com menos” (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Quanto à avaliação da Dimensão Resultados (Eficácia), os indicadores utilizados foram: percentual de evasão e média do coeficiente de rendimento. O intuito foi verificar se as ações da assistência estudantil da UFT têm garantido igualdade de condições de permanência e de aproveitamento acadêmico, e se contribuem para redução de evasão, conforme os objetivos do PNAES.

Por fim, com relação a Dimensão Transformação (Efetividade) foi utilizado como indicador a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) por ano e por curso. A TSG é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior, que informa a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes. Nessa pesquisa, esse indicador foi analisado para verificar se as ações de assistência estudantil contribuíram para conclusão da educação superior, na intenção da promoção da inclusão social pela educação, ou seja, se as ações produziram efeitos nas condições dos estudantes: obtenção de um diploma.

Para coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, esse meio de coleta de dados foi usado no sentido de reconstruir o percurso institucional da política de

assistência estudantil na UFT, buscando documentos institucionais para conhecer como se deu a implementação desta, na instituição, e dar visibilidade ao que é oferecido aos estudantes. Os dados foram compilados por meio de documentos e relatórios disponíveis no site institucional da UFT, sendo analisados os seguintes documentos: Planejamento Estratégico 2006-2010 e 2014-2022; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2007-2011, 2011-2015 e 2016-2020; Relatório de Avaliação Institucional 2013-2017; Relatório de Gestão 2013-2017; e Relatório da Pesquisa sobre Assistência Estudantil na UFT 2017, realizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest). Esse meio de investigação foi usado, também, para coletar os indicadores junto aos setores responsáveis, sendo solicitados dados para Proest e para Prograd.

Inicialmente, foi feito o processo de seleção, simplificação, categorização e agrupamento dos dados provenientes da coleta; após os dados foram organizados em textos descritivos, quadros e tabelas; por fim, foram realizadas comparações entre os indicadores, retomando às anotações da revisão da literatura, ou ainda replicando o achado, em outro conjunto de dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação a dimensão insumo, utilizou-se como indicador as despesas pagas pela UFT utilizando o recurso do PNAES, ou seja, o dispêndio realizado pela instituição para execução da Política de Assistência Estudantil no período de 2010 a 2017 e o percentual da evolução em relação ao ano anterior, as informações foram obtidas do Portal da Transparência do governo federal.

Tabela 1 – Despesas pagas com o recurso do PNAES na UFT.

Ano	Valor (R\$)	% evolução
2010	541.230,79	-
2011	4.906.298,57	806,51
2012	6.201.410,21	26,40
2013	6.397.681,01	3,16
2014	8.321.865,60	30,08
2015	7.538.767,98	-9,41
2016	11.865.415,07	57,39
2017	15.850.079,80	33,58
Total	61.622.749,03	

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Percebeu-se que mesmo com os contingenciamentos e cortes promovidos pelo ajuste fiscal nos últimos meses do governo Dilma e no decorrer do governo

Temer (FELIPPE; SILVA, 2018), ao longo do período de 2010 a 2017 o recurso do PNAES utilizado pela UFT cresceu exponencialmente, apresentado um crescimento menor em 2013 e com uma redução em 2015 de 9,41% em relação ao ano anterior.

Com o intuito de verificar se as ações de assistência estudantil executadas pela UFT estão de acordo com as áreas elencadas no Decreto nº 7.234/2010, analisou-se as ações realizadas com as despesas pagas, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Ações de Assistência Estudantil UFT por área do PNAES.

Áreas recomendadas pelo PNAES	Ações desenvolvidas na UFT com o recurso do PNAES
I - Moradia Estudantil	Casa do Estudante parceria Estado e Municípios Auxílio Permanência UFT Locação de imóvel para Casa do Estudante Porto Nacional Locação de imóvel para Casa do Estudante Indígena Auxílio Moradia pecuniário Aquisição de mobiliário para casa dos Estudantes Bolsa do Centro de Estudos Continuados em Letras, Linguística e Artes (CECLLA)
II – Alimentação	Auxílio Permanência UFT Auxílio Alimentação RU Palmas e Araguaína Auxílio Alimentação RU Gurupi Auxílio Alimentação RU Porto Nacional Auxílio alimentação pecuniário para campus sem RU Bolsa do CECLLA
III – Transporte	Auxílio Permanência UFT Bolsa do CECLLA
IV – Atenção à saúde	Auxílio Saúde
V – Inclusão digital	Não foi encontrado nenhuma ação nesse quesito
VI – Cultura e VII – Esporte	Auxílio para organização de eventos Aquisição de material esportivo Auxílio para participação em eventos (locação de ônibus) Auxílio para participação em eventos (passagens) Auxílio para participação em eventos (auxílio pecuniário)
VIII – Creche	Não foi encontrado nenhuma ação nesse quesito
IX – Apoio pedagógico	Programa de Acompanhamento Acadêmico PADI PADU PIM
X – Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	Aquisição de software e equipamentos de áudio e vídeo para Educação Inclusiva

Fonte: Pesquisa documental (2019).

Para análise da dimensão Processo (Eficiência) foram analisados: percentual de estudantes ingressantes em situação de vulnerabilidade no período de 2015-2017;

o número de estudantes que solicitam os benefícios da assistência estudantil da UFT em 2017; o número de estudantes atendidos pelos benefícios da assistência estudantil da UFT em 2017; e o número de benefícios concedidos.

Para conhecer o percentual de estudantes ingressantes em situação de vulnerabilidade, foram levantados o número total de estudantes ingressantes dos cursos de graduação presenciais, bem como o número de estudantes ingressantes autodeclarados negros, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, ou seja, que se declararam em situação de vulnerabilidade socioeconômica na matrícula. Foram levantados os dados dos cursos de graduação presencial dos sete campus no período de 2015 a 2017.

De acordo com o número total de estudantes nos três anos pesquisados, identificou-se um pequeno aumento no número de estudantes ingressantes na Universidade, entretanto, constatou-se que não houve aumento na proporção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em relação ao total de estudantes. Os estudantes ingressantes respondem um questionário socioeconômico, mas nem sempre eles manifestam sua situação de vulnerabilidade, segundo Graeff (2014) um dos motivos seria a visão que algumas pessoas têm de remeter vulnerabilidade, cota e assistência estudantil à pobreza, incapacidade e a ideia de ajuda/benesse/caridade.

Com relação aos cursos com maior percentual de ingressantes em situação de vulnerabilidade, em 2015 foram Educação Física (43,75%) no campus de Miracema, História noturno (42,86%) no campus de Porto Nacional, Gestão de Cooperativas matutino (41,18%) e Matemática matutino (40,91%) no campus de Araguaína, e Pedagogia noturno (40,91%) em Miracema. Em 2016 foram os cursos de Gestão de Cooperativas noturno (42,86%) e Logística matutino em Araguaína, História noturno (30,77%) em Porto Nacional e Gestão do Turismo noturno (30%) em Araguaína. E no ano de 2017 foram os cursos de Gestão do Turismo matutino (30,43%) e Gestão de Cooperativas matutino (28,57%) em Araguaína, Psicologia (28,57%) em Miracema e Letras noturno (28,57%) em Porto Nacional. Destaca-se atenção para o Curso de Gestão de Cooperativas em Araguaína que apareceu todos os anos do período pesquisado entre os três primeiros com maior percentual de ingressantes em vulnerabilidade, e o de História em Porto Nacional que ficou entre os três primeiros em 2015 e 2016.

Levando em consideração o total por campus, Miracema foi o que apresentou a

maior proporção de ingressantes em situação de vulnerabilidade, sendo que em 2015 esses estudantes representavam 37,93% dos ingressantes e em 2017 representavam 52%. Enquanto o campus que apresentou menor percentual de ingressantes em situação de vulnerabilidade em 2015 e 2017 foi Tocantinópolis com 12,98% e 15,48%, respectivamente. E em 2016, Arraias foi o campus com menor percentual de ingressantes em situação de vulnerabilidade, representando 13,62% do total.

Com relação ao tipo do curso, os cursos de Tecnologia obtiveram em todos os anos do período pesquisado o maior percentual médio de ingressantes em vulnerabilidade sendo 25,42% em 2015, 27,35% em 2016 e 24,30% em 2017. Enquanto em 2015 e 2016 os cursos de Bacharelado ficaram em segundo lugar com percentual médio de 25,23% e 21,39% respectivamente, porém em 2017 os cursos de licenciatura obtiveram o segundo maior percentual médio 21,27%.

No que diz respeito ao turno dos cursos, em 2015 e 2017 o maior percentual médio foi dos cursos no período matutino com, respectivamente, 29,73% e 22,26% de ingressantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No que concerne ao número de estudantes que solicitaram algum auxílio da assistência estudantil e o número de estudantes que foram atendidos, só foi possível obter dados do ano de 2017. Nesse ano o total de estudantes regularmente matriculados na graduação (UFT, 2018) foi de 12.517, sendo que 2.766 deles solicitaram algum benefício da assistência estudantil, o que corresponde a 22,09% dos estudantes.

A maioria dos estudantes solicitantes da assistência estudantil em 2017 foram classificados em situação de vulnerabilidade Alta (30,12%) e Extrema (28,60%), que são os níveis que a UFT prioriza no atendimento. Os cursos com o maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema foram Educação do Campo em Tocantinópolis com 57 solicitantes, Pedagogia em Arraias e em Tocantinópolis, ambos com 45 estudantes solicitantes e no período matutino. E com relação ao nível de vulnerabilidade Alta o maior número de estudantes solicitantes foram nos cursos de Agronomia em Gurupi com 67 solicitantes, Engenharia Florestal em Gurupi com 51 solicitantes e Pedagogia no período noturno em Tocantinópolis com 38 estudantes solicitantes.

Os campus com maior número de solicitantes dos auxílios em 2017 foram Palmas, Araguaína e Gurupi representando, respectivamente, 24,98%, 18,55% e 17,14% do total. Relacionando o nível de vulnerabilidade com o total de solicitantes do campus, Arraias possui o maior percentual de solicitantes do nível de vulnerabilidade

Extrema representando 41% do seu total, seguido de Tocantinópolis com 38,42%, enquanto Gurupi possui o maior percentual de solicitantes de Alta vulnerabilidade com 35,65% e Porto Nacional com 29,91%.

Os cursos de Bacharelado apresentaram o maior número de estudantes solicitantes, sendo que em ordem decrescente ficaram os cursos de Agronomia e Engenharia Florestal em Gurupi com 172 e 147 solicitantes, respectivamente. Nos cursos de Licenciatura os maiores números de solicitantes foram dos cursos de Educação do Campo e Pedagogia matutino em Tocantinópolis, enquanto nos cursos de Tecnologia o curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental em Arraias apresentou o maior número de solicitantes, sendo 35 estudantes.

Com relação ao turno, os quatro cursos com maior número de estudantes que solicitam os auxílios são os Integrais, sendo eles, em ordem decrescente de solicitantes: Agronomia (172) em Gurupi, Engenharia Florestal (147) em Gurupi, Medicina Veterinária em Araguaína (123) e Educação do Campo (123) em Tocantinópolis. Uma possível explicação para concentração de solicitantes nos cursos integrais está na perspectiva de que as aulas ocorrem em turnos diversos, principalmente no turno matutino e vespertino, o que impossibilita conciliar o ensino universitário com o trabalho remunerado durante o dia. Além disso, com relação ao turno matutino e noturno os cursos de Pedagogia apresentaram o maior número de solicitantes, em Tocantinópolis (117) e Arraias (76) no período da manhã, e em Arraias (61) no período da noite.

Quanto ao número de estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil em 2017 foram atendidos 1.954 estudantes com os programas da Política de Assistência Estudantil da UFT, sendo que 2.766 estudantes solicitaram os auxílios, o que representa uma cobertura 70,64%. O maior número de atendidos foram os estudantes de vulnerabilidade Alta e Extrema, conforme prioridade da UFT, havendo dotação orçamentária os benefícios foram estendidos aos estudantes dos demais níveis. Os cursos com maior número de estudantes atendidos foram Agronomia e Engenharia Florestal do Campus de Gurupi e Educação do Campo em Tocantinópolis, ressalta-se que esses cursos estão entre os que mais tiveram solicitantes do nível de vulnerabilidade extrema e alta.

Os campus com maior número de atendidos foram Palmas que representou 21,70% em relação ao total de estudantes atendidos, Gurupi 18,83% e Araguaína 17,20%, sendo eles também os campus com maior número de estudantes solicitantes. Levando em consideração o tipo de curso os de Bacharelado atenderam 1.010

estudantes, os de Licenciatura 886 estudantes e os de Tecnologia 58 estudantes. Quanto ao turno do curso o maior número de atendimentos foi nos cursos integrais que contemplaram 1.034 estudantes, os do período matutino atenderam 459 estudantes e os noturnos 456.

Para conhecer o percentual de atendimentos que a UFT atingiu durante o ano de 2017, procedeu-se com a comparação entre o número de estudantes que solicitaram auxílios da assistência estudantil com o número de estudantes atendidos no mesmo ano.

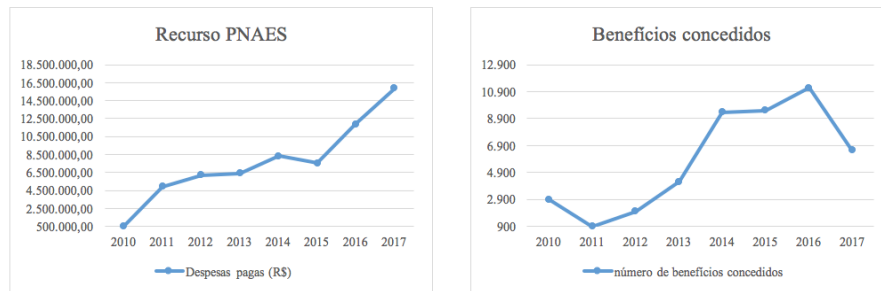
Tocantinópolis foi o campus que atingiu o maior percentual de atendimentos em relação ao número de solicitantes com 79,47% seguido do campus de Arraias com 77,84% e Gurupi com 77,64%. Quanto aos cursos, oito deles obtiveram 100% de atendimentos em relação ao total de solicitantes do curso, sendo eles: História noturno, Gestão de Cooperativas noturno, Gestão de Turismo noturno e Química matutino do campus de Araguaína; Artes-Teatro em Palmas; e Ciências Sociais, História noturno e Letras noturno em Porto Nacional. Com relação ao nível de vulnerabilidade a UFT conseguiu atender 100% dos estudantes em vulnerabilidade extrema e alta, 33,33% dos estudantes em vulnerabilidade moderada, 34,94% dos estudantes em vulnerabilidade baixa e 10,98% dos estudantes em vulnerabilidade muito baixa.

O Número de benefícios concedidos é mais um indicador da dimensão Processo (Eficiência), para tanto se pesquisou a previsão que a equipe de planejamento da UFT fez nos anos de 2010 a 2017, bem como o número de benefícios que realmente foram concedidos, essa comparação possibilita observar o cumprimento das metas traçadas para assistência estudantil.

Em 2011 ocorreu uma redução de 68,78% no número de benefícios concedidos em relação ao ano anterior e em 2017 essa redução foi de 41,64% e a meta prevista não foi alcançada. Enquanto no período de 2012 a 2016 a meta prevista foi superada e houve uma evolução na quantidade de benefícios concedidos em relação aos anos anteriores.

A Figura 2 apresenta graficamente a trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos durante o período de 2010 a 2017, com o objetivo de verificar se houve uma evolução proporcional entre os dois indicadores.

Figura 2 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT.



Fonte: Pesquisa documental (2019).

Acompanhando a trajetória do orçamento geral, é possível notar um crescimento importante do aporte de recursos para a área de assistência estudantil na UFT, esse crescimento também foi refletido no número de benefícios concedidos, apenas em 2011 e 2017 esse indicador sofreu uma queda considerável. São necessárias pesquisas específicas para conhecer os motivos desse decréscimo no número de benefícios concedidos, apesar do aumento nominal de recursos para assistência estudantil. Uma possível explicação para essa queda em 2017 é a dificuldade que muitos estudantes apresentaram em realizar seu cadastro no sistema CUBO, mas a Proest desde o lançamento do sistema trabalha em ações para sanar as dúvidas dos estudantes através do manual de instruções do sistema, atendimento diário para esclarecimentos e no início de cada semestre realiza palestras para ensinar os ingressantes a usarem o sistema.

Para análise da dimensão Resultados (Eficácia), utilizou-se como indicador a Evasão e o Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA), a intenção foi verificar se os programas da Política de Assistência Estudantil da UFT têm colaborado para o cumprimento dos objetivos do PNAES que, entre outros, é contribuir para permanência dos estudantes nos cursos de graduação, reduzir as taxas de evasão e contribuir para melhoria do desempenho acadêmico.

O CRA é um indicador de desempenho acadêmico calculado com base na média de notas de determinado estudante ou determinado grupo de estudantes, em determinado semestre (CARVALHO, 2013). Nessa pesquisa foi calculado o coeficiente de rendimento acadêmico por curso e por semestre, que foi estabelecido pela média do CRA do total de estudantes de cada curso, em cada semestre, numa escala de 0 a 10.

Nessa pesquisa, conseguiu-se analisar apenas o CRA dos cursos, não houve disponibilidade de dados específicos dos estudantes que utilizam os benefícios da política de assistência estudantil da UFT e nem de um recorte temporal maior, conseguiu-se apenas dados de 2016 e 2017. Mas, mesmo assim os resultados obtidos possibilitam analisar o desempenho dos cursos com mais estudantes solicitantes ou atendidos pela política de assistência estudantil da UFT.

Das médias dos coeficientes de rendimento acadêmico dos 79 cursos analisados, a maior foi do curso de Letras-Libras em Porto Nacional, que no primeiro semestre de 2016 alcançou a média de 8,64. No primeiro semestre de 2016, sete cursos obtiveram média do CRA acima de oito, no segundo semestre desse mesmo ano esse número caiu para três, enquanto em 2017 apenas um curso obteve média do CRA acima de oito e no segundo semestre foram dois cursos. O mínimo para aprovação nas disciplinas dos cursos de graduação da UFT é sete e de acordo com os dados analisados, nem todos os cursos obtiveram média maior ou igual a esse valor. Em 2016 no primeiro semestre 26 cursos obtiveram média do CRA igual ou acima de sete e no segundo semestre foram 34 cursos, sendo que em 2017 no primeiro semestre foram 27 cursos e no segundo semestre foram apenas 12.

Quanto aos cursos com maior número de estudantes solicitantes do nível de vulnerabilidade Extrema e Alta, o curso de Educação do Campo e Pedagogia matutino, ambos no campus de Tocantinópolis obtiveram média do CRA acima de sete em todos os semestres de 2016 e 2017, Pedagogia matutino de Arraias e Pedagogia noturno em Tocantinópolis obtiveram média do CRA abaixo de sete em apenas um dos semestres do período pesquisado. Enquanto o curso de Agronomia e de Engenharia Florestal do campus de Gurupi obtiveram em todos os semestres do período analisado média do CRA abaixo de sete.

Dos cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes em 2017 todos são noturnos, período que apresentou menor número de estudantes solicitante dos auxílios da assistência estudantil da UFT e com relação a média do CRA desses cursos a maioria obteve abaixo de sete no período analisado, os que apresentaram média maior que sete foram o curso de História noturno em Araguaína no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017, Artes em Palmas no segundo semestre de 2016 e Ciências Sociais nos dois semestres de 2016. E em 2017 houve queda na média em todos esses cursos, ano que também houve a redução dos benefícios concedidos.

O CRA é um importante indicador para avaliação da assistência estudantil, pois

conforme pesquisa realizada pela Proest a maioria dos bolsistas disseram que melhorou muito o seu rendimento acadêmico após ter sido contemplado com o benefício da assistência estudantil e que acreditam que o cancelamento do auxílio prejudicaria o seu rendimento acadêmico (ABREU, 2017).

É necessário ressaltar que, além da vulnerabilidade socioeconômica, muitos fatores podem afetar o desempenho acadêmico como, por exemplo, fatores acadêmicos, pessoais, institucionais, por isso o PNAES preconiza, também, o apoio psicopedagógico. Além disso, é importante destacar as peculiaridades de cada curso, as diferenças entre os cursos das áreas de exatas e humanas, o turno do curso, entre outros.

Outro indicador da dimensão Resultados (Eficácia) é a Evasão, segundo Carvalho (2013), a taxa de evasão é um indicador determinado pela proporção de estudantes que deixaram determinado curso ou a universidade, em relação ao total de estudantes do curso ou da universidade, em determinado período. Nessa pesquisa, para o cálculo da evasão dos cursos de graduação foram considerados os ingressantes por curso dos anos de 2016 e 2017 e a quantidade de estudantes nas seguintes situações: declinante, desistência, desvinculado, matrícula cancelada, reopção de curso, transferência interna e transferência externa. Assim obteve-se o percentual de estudantes evadidos nos cursos de graduação.

Em 2017 o percentual de evasão total da UFT diminuiu, passou de 35,30% em 2016 para 19,66%. Com relação ao percentual de evasão por campus em 2016 Porto Nacional apresentou o maior índice com 48,04% e em 2017 foi o campus de Miracema com 25,90%, e o campus que obteve o menor percentual de evasão em 2016 e 2017 foi Arraias com, respectivamente, 28,24% e 10,84%. Percebe-se que além do campus de Arraias possuir o menor percentual de evasão, ele também diminuiu de um ano para o outro, um resultado importante, visto que esse campus teve o maior número de estudantes de nível de vulnerabilidade extrema que solicitaram os auxílios da assistência estudantil e a o maior percentual na relação entre solicitantes e atendidos.

Em 2016 o curso com maior percentual de evasão em relação aos ingressantes foi Letras noturno em Porto Nacional com 85,37%, mas em 2017 esse percentual diminuiu para 20,83%, nesse contexto é importante destacar que esse curso foi um dos que a Política de Assistência Estudantil da UFT conseguiu atender 100% dos solicitantes em 2017.

Os cursos que apresentaram, em 2017, o maior número de solicitantes do nível de vulnerabilidade extrema e alta, foram também os cursos com maior número de

estudantes atendidos e apresentaram percentual de evasão baixos, sendo eles: Engenharia Florestal em Gurupi com 17,57%, Educação do Campo em Tocantinópolis com 11,36% e Agronomia em Gurupi com 7,07%.

Dentre os cursos que conseguiram atender 100% dos estudantes solicitantes em Araguaína os cursos de Gestão de Cooperativas noturno e Química matutino apresentaram percentuais de evasão elevados, respectivamente, 44,83% e 42,86%. Outros dois cursos, também no Campus de Araguaína, obtiveram percentuais de evasão altos, o curso de História noturno e Turismo noturno, ambos com 26,67%. Enquanto os cursos do campus de Porto Nacional apresentaram baixos percentual de evasão, sendo História noturno com 18,18% e Ciências Sociais com 17,07%.

Além da vulnerabilidade socioeconômica, outros fatores afetam a permanência dos estudantes nos cursos de graduação, dentre eles dificuldades acadêmicas, dificuldades na adaptação, compromissos externos, inadequação entre estudante e IFES (OLIVEIRA; BARBOSA, 2016). Dessa forma, são necessários outros estudos, principalmente com os cursos em que a maioria dos estudantes foi atendido pela Política de Assistência Estudantil da UFT, sobre os motivos que levam os estudantes evadirem.

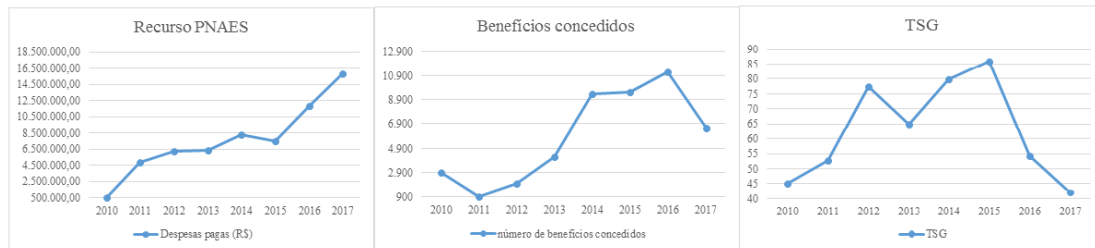
O indicador da dimensão Transformação (Efetividade) é a Taxa de Sucesso na Graduação – TSG, que informa a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes, foi levantado a TSG da UFT no período de 2010 a 2017 e calculada a evolução com relação ao ano anterior.

O desempenho positivo deste indicador se manteve ascendente nos anos de 2010 a 2012 e em 2014 e 2015, porém a TSG caiu 16,11% em 2013, 36,65% em 2016 e 22,34% em 2017 em relação aos anos anteriores. Em 2017 apenas 42,23% dos estudantes concluíram seus cursos, no tempo de duração previsto. Um fator para a ocorrência de uma TSG relativamente baixa é a evasão, que pode ser influenciada, entre outros motivos, pela condição socioeconômica do estudante, que, muitas vezes, não permite a sua permanência na universidade (GILIOLI, 2016). Essa TSG baixa, também pode ter sido consequência das greves dos anos anteriores, que ainda interferem no ano corrente (UFT, 2017).

A queda na TSG vai contra um dos objetivos do PNAES de reduzir as taxas de retenção e evasão (BRASIL, 2010). Nessa pesquisa, esse indicador foi utilizado na perspectiva de verificar o impacto da Política de Assistência Estudantil da UFT na vida dos estudantes, visto que a conclusão dos cursos superiores é considerada como fator que contribui com a inserção no mercado de trabalho e possível mobilidade social

(CAMARGO, 2016; GAZOTTO; GIOMETTI, 2016; FERREIRA, 2017). A Figura 3 apresenta graficamente a trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES, o número de benefícios concedidos e a TSG durante o período de 2010 a 2017, com o objetivo de verificar se houve uma evolução proporcional entre os indicadores.

Figura 3 – Trajetória das despesas pagas com o recurso do PNAES e o número de benefícios concedidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT.



Fonte: Pesquisa documental (2019).

Constata-se que em 2013 e 2016 a TSG apresentou uma queda, mas o recurso e o número de benefícios concedidos aumentaram, apenas em 2017 que apesar do recurso aumentar 33,58% em relação ao ano anterior, o número de benefícios caiu 41,64% e a TSG teve uma redução de 22,34%. É importante destacar que inúmeros fatores interferem no resultado da TSG, como por exemplo, a carência de professores efetivos e a diminuição do número de professores substitutos, que contribui no cancelamento de disciplinas durante o semestre letivo e, assim, atrasam a conclusão do curso para alguns estudantes que levam mais tempo que o mínimo padrão para concluírem (UFT, 2014). Pode-se destacar ainda, outro fator para a ocorrência de uma TSG relativamente baixa: a evasão. Esta é influenciada por deficiências na formação básica e de nível médio do estudante que entra na universidade, pelo conhecimento insuficiente de particularidades do curso, pela condição socioeconômica, que, muitas vezes, não permite a sua permanência na universidade, entre outros motivos.

A Política de Assistência Estudantil combate esses últimos aspectos, atuando tanto na parte financeira com os auxílios pecuniário, quanto nas dificuldades de formação com programas de apoio pedagógico, como por exemplo, o PADI e o PADU. Em uma avaliação da assistência estudantil em 2017, a Proest pesquisou junto aos estudantes a percepção das ações desenvolvidas e um dos resultados mostrou que o recebimento dos auxílios pagos com o recurso do PNAES fazem diferença na trajetória dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, que tem nos benefícios um suporte para permanência com sucesso na graduação e, assim, concluir com êxito o curso em que esta matriculado, principalmente por proporcionar a possibilidade de

ter mais tempo para dedicação aos estudos (UFT, 2018).

Faz-se necessária a avaliação constante dos programas e/ou ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na instituição, de modo a conhecer quais as reais demandas dos estudantes, bem como o levantamento de outras causas que contribuam para a queda do indicador. Em 2017 a Proest iniciou o Fórum Geral da Assistência Estudantil para ouvir os estudantes e identificar suas necessidades, ademais começou a realizar também uma pesquisa para conhecer a percepção dos beneficiários das ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa pesquisa encontrou cumprimento a partir dos objetivos específicos que nortearam esse trabalho, avaliando a Política de Assistência Estudantil da UFT utilizando os critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade (3 E's) com base no fluxograma de Sano e Montenegro (2013) que leva em consideração as dimensões operacionais insumo, processo, resultado e transformação.

Nota-se que em algumas áreas a UFT ainda não conseguiu desenvolver ações, isso porque a instituição prioriza as áreas de assistência básicas, devido a limitação dos recursos para atender o elevado número de estudantes vulneráveis. Evidencia-se que as universidades enfrentam dificuldades, principalmente no tocante à ausência de recursos humanos e financeiros suficientes para atender à demanda crescente, imposta pelas políticas de ampliação de vagas, à abertura de cursos noturnos, dentre outros. Dessa forma, nem sempre o aumento do recurso é proporcional ao aumento da demanda por assistência.

Os resultados apontam ainda que o campus de Miracema, no período pesquisado, foi o que apresentou a maior proporção de ingressantes em situação de vulnerabilidade, enquanto o campus que apresentou menor percentual de ingressantes em situação de vulnerabilidade em 2015 e 2017 foi o campus de Tocantinópolis e em 2016 foi o campus de Arraias. Em 2017, o percentual de estudantes regularmente matriculados que solicitaram algum benefício da assistência estudantil foi de 22,09%, além disso, no mesmo ano, foram atendidos 1.954 estudantes com os programas da Política de Assistência Estudantil da UFT, sendo que 2.766 estudantes solicitaram os auxílios, o que representa uma cobertura 70,64%. A UFT conseguiu atender 100% dos estudantes em vulnerabilidade extrema e alta, 33,33% dos estudantes em vulnerabilidade moderada, 34,94% dos estudantes em vulnerabilidade baixa e 10,98% dos estudantes em vulnerabilidade muito baixa. Ainda

em 2017, nos cursos que atenderam 100% dos estudantes solicitantes, houve queda na média do coeficiente de rendimento acadêmico, ano que também houve a redução dos benefícios concedidos em relação ao período de 2010 a 2016. Por outro lado, em 2017 o percentual da evasão total da UFT diminuiu, passou de 35,30% em 2016 para 19,66%. Com relação a Taxa de Sucesso na Graduação, este indicador se manteve ascendente nos anos de 2010 a 2012 e em 2014 e 2015, porém caiu 16,11% em 2013, 36,65% em 2016 e 22,34% em 2017 em relação aos anos anteriores.

Faz-se necessário informatizar os dados referentes ao número de acessos ao PNAES, quantidade de recursos, assim como, os resultados alcançados pelos estudantes atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil o que proporcionará uma maior agilidade na prestação de informações e melhor cruzamento de dados, possibilitando correlações e avaliações mais completas e fidedignas. Mesmo com essas limitações, essa pesquisa se mostra relevante, visto que até então a UFT divulgou apenas pesquisas explorando o tema sobre a percepção do estudante. Assim, essa pesquisa buscou explorar os resultados do PNAES de maneira mais objetiva e quantificável. Dessa maneira a pesquisa contribuiu com a oportunidade de criação de novos mecanismos de monitoramento e controle.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. V. A. B. **Relatório da pesquisa sobre Assistência Estudantil na UFT**. Palmas, TO, 2017. 34 f.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ARRETCHE, M.T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: CARVALHO, M.C.B. et al. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-41.

ASSIS, A. C. L. et al. As Políticas de Assistência Estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, Edição Especial. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

BRITO, L. da S.; BARBOSA, A. Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 125-145, 2017.

CENEVIVA, R.; FARAH, M.F.S. Avaliação, informação e responsabilização no setor

público. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 46, n. 4, 2012.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

FELIPPE, J. M. S.; SILVA, R. M. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 25, p. 97-110 abr./jun. 2018.

FERREIRA, J. M. L.; SANTOS, C. P. C. Bolsas para estudantes universitários: quadros conceituais, finalidades e processos decisórios para o Serviço Social. **Cuadernos de trabajo social**, v. 30, n. 2, p. 463-475, 2017.

FERREIRA, S. A. S. Estratégias de diálogo com o estranhamento no começo da vida universitária: políticas de acolhimento e permanência na Universidade Federal do Sul da Bahia. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 2, p. 291-307, 2017.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GAZOTTO, M. A.; GIOMETTI, A. B. dos R. Assistência estudantil no cenário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro–UFTM. GeoGraphos: **Revista Digital para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 7, n. 87, p. 11, 2016.

GILIOLI, R.S. P. Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, Sisu e desafios. 2016

GRAEFF, B. A. **A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior**. 2014. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

JANNUZZI, P. de M. et al. Estruturação de sistemas de monitoramento e especificação de pesquisas de avaliação: os problemas dos programas públicos são. In: ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Org.). **Cadernos ReAções para a Ibero-américa: avaliação de programas sociais**. 1. ed. Brasília, DF, 2009. v. 1, p. 101-138.

JESUS, L. N.; MAYER, A. L. M.; CAMARGO, P. L. T.. Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). **Acta Scientiarum. Education**, v. 38, n. 3, 2016.

LAISNER, R. C.; MARIO, C. G.. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 2, 2014.

LASWELL H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1958.

OLIVEIRA, R.T. D.; BARBOSA, E. D. Retenção dos discentes de administração da UFS: fatores condicionantes e ações da gestão acadêmica. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 355, 2016.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M.. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de administração pública**. Vol. 46, n. 5 (set./out. 2012), p. 1272-1294, 2012.

SANO, H.; MONTENEGRO, M. J. F. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, ano 11, n. 22, p. 35-61, jan./abr. 2013.

SANTOS, G.; FREITAS, L. O. Ensino superior público brasileiro: acesso e permanência no contexto de expansão. **Argumentum**, v. 6, n. 2, 2014.

SCHURSTER, K. Abordagens sobre a literatura de Avaliação em Políticas Públicas: estudos preliminares. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 7, n. 2, p. 09-18, 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. 2006. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TINÔCO, D. dos S.; SOUZA, L. M. de; OLIVEIRA, A. B. de. Avaliação de políticas públicas: modelos tradicional e pluralista. **Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 305-313, 2011.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V.. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2013**. Palmas, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2016**. Palmas, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2017**. Palmas, 2018.